

Governo ignora aperto fiscal e quer multiplicar Auxílio Gás por quatro

Política pública Expansão acelerada

Apesar de aperto fiscal, governo quer quadruplicar Auxílio Gás

— Gastos com programa saltariam de R\$ 3,4 bi para R\$ 13,6 bi em 2026, ano de eleição presidencial; ministro indica fundo do pré-sal como fonte de compensação

BIANCA LIMA
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Na semana de apresentação do Orçamento de 2025 e em meio a promessas de revisão de despesas, o governo propôs quadruplicar o gasto com o programa Auxílio Gás, que será rebatizado de Gás para Todos. O desembolso deve saltar dos atuais R\$ 3,4 bilhões para cerca de R\$ 13,6 bilhões em 2026 – ano de eleição presidencial –, segundo informou o Ministério de Mi-

nas e Energia (MME).

A política pública, que financia a compra do gás de cozinha a pessoas de baixa renda, também terá seu alcance potencializado. Pelas projeções do governo, as 5,6 milhões de famílias atendidas atualmente saltarão para 20,8 milhões. Hoje, praticamente metade dos beneficiários reside no Nordeste, e a maior parte é do sexo feminino. O valor do benefício é de R\$ 102, pago bimestralmente.

O anúncio de projeto de lei para turbinar o programa, que ainda será analisado pelo Congresso, foi feito ontem pelo ministro

Alexandre Silveira, titular do MME, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da primeira-dama, Rosângela da Silva – que foi citada no discurso. O

**Beneficiários
Público atendido por
programa deve pular
de 5,6 milhões para
20,8 milhões de famílias**

governo anunciou ainda mudanças nas regras que regem o mercado de gás natural no País, como a que limita o percentual de

gás que é reinjetado nos poços pelas petrolíferas durante a produção de petróleo em alto-mar – o que gerou divisão entre produtores e consumidores (*mais informações na pág. B3*)

“Estamos atendendo aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Vamos impulsionar o cozimento limpo e a substituição da lenha, tão defendido pela nossa companheira Janja (*Rosângela*)”, disse Silveira durante a cerimônia, na sede da pasta.

O projeto de lei também determina que a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis (ANP) estabeleça um teto para o preço do botijão por região para os consumidores do programa. Na sua fala, Lula defendeu que o gás seja “instrumento da cesta básica” e disse que a população não consegue pagar R\$ 140 pelo botijão, enquanto o produto sai da Petrobras por R\$ 36.

Segundo Silveira, o aumento bilionário de gastos será financiado com recursos do Fundo Social do Pré-Sal, que é vinculado à Presidência da República. Ele é abastecido com valores arrecadados nas licitações de contratos de partilha de produção no pré-sal, parte dos royalties que cabem à União e receitas que cabem à União e receitas da comercialização de petróleo e gás natural, e é direcionado prioritariamente para despesas com Educação.

O ex-secretário do Tesouro Nacional e head de macroeconomia do ASA, Jeferson Bittencourt, alerta, porém, para as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (*mais informações na pág. B2*). ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1